Relatório de Gestão 2015

CE – CIRCUITO ESTORIL, SA

Versão aprovada em reunião do Conselho de Administração de ***14 de Março de 2016***

Índice

I. INTRODUÇÃO 2
II. PRINCIPAIS FACTOS OCORRIDOS EM 2015 3
III. PRINCIPAIS FACTOS E INDICADORES DO EXERCÍCIO DE 2015 5
IV. PERSPETIVAS PARA 2016 6
V. CUMPRIMENTO DAS ORIENTAÇÕES LEGAIS 7
A. Objetivos de Gestão 7
B. Gestão do Risco Financeiro 7
C. Limite Máximo de Endividamento 8
D. Prazo Médio de Pagamentos 9
E. Divulgação de Atrasos nos Pagamentos 9
F. Diligências tomadas e os resultados obtidos no âmbito do cumprimento das recomendações do acionista emitidas aquando da aprovação das contas de 2014 10
G. Remunerações dos Órgãos Sociais e restantes trabalhadores 10
H. Suspensão do pagamento de complemento de pensões 16
I. Estatuto do Gestor Público 16
J. Despesas não documentadas 16
K. Relatório sobre remunerações pagas a mulheres e homens 16
L. Contratação Pública 17
M. Relatório anual sobre prevenção da corrupção 17
N. Sistema Nacional de Compras Públicas 18
O. Frota Automóvel 18
P. Plano de Redução de Gastos Operacionais 18
Q. Redução do Número de Efetivos e de Cargos Dirigentes 19
R. Princípio da Unidade de Tesouraria do Estado 20
VI. RECOMENDAÇÕES DIRIGIDAS À EMPRESA RESULTANTE DE AUDITORIAS CONDUZIDAS PELO TRIBUNAL DE CONTAS 20
VII. INFORMAÇÃO A CONSTAR NO SITE DO SEE 20
VIII. CUMPRIMENTO DAS ORIENTAÇÕES LEGAIS 22
IX. NOTA FINAL E APLICAÇÃO DE RESULTADOS 23
A. Nota Final 23
B. Aplicação de Resultados 24

I. INTRODUÇÃO

A **CE - Circuito Estoril, S.A.**, doravante também referida como CE, Circuito Estoril ou Empresa, é uma sociedade anónima resultante, por um lado, da mudança de denominação da Sociedade Imobiliária do Autódromo Fernanda Pires da Silva, SA e, por outro, da transferência de exploração de atividade e de ativos da Sociedade Gestora do Autódromo Fernanda Pires da Silva, SA, já extinta em 2009 (ambas participadas a 100% pela PARPÚBLICA - Participações Públicas (SGPS) SA, como sucede atualmente com a CE), operações essas promovidas e consubstanciadas em deliberação unânime por escrito da acionista, de 31 de Março de 2007.

A CE tem exercido a sua atividade centrada na valorização e na exploração da capacidade instalada do Circuito Estoril, o seu único ativo.

O Presidente, com funções não executivas, apresentou renúncia ao cargo em Julho de 2013, não tendo até à presente data sido substituído.

Assim, o Conselho de Administração da empresa apresenta atualmente a seguinte composição:

Presidente, não executivo: por eleger

Vogais, executivos: José Manuel Pereira Mendes de Barros
Anne Matthiessen Knudsen Hansen da Câmara

II. PRINCIPAIS FACTOS OCORRIDOS EM 2015

O exercício de 2015 marcou o regresso da empresa aos lucros, apresentando um resultado líquido muito perto de um milhão de euros. Com efeito, o Circuito Estoril viveu um dos melhores anos de sempre, tendo atingido uma ocupação recorde das suas infraestruturas, apenas comparável a 2008, e uma rentabilidade inédita. Com efeito, a ocupação de pista atingiu os 303 dias, igualando a performance obtida em 2008, ano em que que se realizou a prova do circuito internacional de MotoGP.

Para esta performance muito contribuiu a qualidade dos eventos que tiveram lugar ao longo do ano, com grande destaque para as apresentações de novos modelos automóveis, de longe aqueles que maior retorno geram para o negócio da empresa. Esta performance parece-nos tanto mais notável porquanto se continua a sentir que as equipas e as marcas têm agora, por comparação com períodos anteriores à crise que assolou o setor, mais restrições financeiras para este tipo de eventos, mostrando igualmente maior exigência e capacidade para otimizar custos e recursos.

Assim, em 2015, o Autódromo foi palco de apresentações da AMG, , Porsche, Jaguar, a BMW Motorrad e a Renault Trucks sendo de salientar ainda o evento "Global Training" da Daimler.

A nível de testes, o ano foi igualmente profícuo, mesmo tendo em conta que as equipas de competição continuam a não ter muita folga financeira, ao mesmo tempo que procuram reduzir o tempo de ocupação de pista, optando muitas vezes por partilhar entre elas os dias de testes, contribuindo deste modo para uma ocupação dos circuitos que outrora era muito menos contida. Os eventos de testes que mais se destacaram em termos de volume de vendas foram os testes coletivos do Campeonato Alemão de turismos (DTM), os testes coletivos da GP3 e de várias equipas participantes no Campeonato European Le Mans Series.

No plano desportivo, manteve-se a realização das provas internacionais de automobilismo, sendo de destacar naturalmente o GT Open, Seat Leon Cup, Euroformula Open, Legend Classic Cup, a última prova do campeonato do European Le Mans Series (ELMS), a prova do campeonato de resistência de França VdeV, a "Endurance Super 7 by Kia" e os 250Km Estoril Cup. Em duas rodas, o Estoril recebeu em Abril, a prova "Copa Easy Race".

No panorama nacional, o Campeonato Nacional de Velocidade, Single Seater Series, Classic Super Stock, Clássicos e FEUP, assim como o Campeonato Nacional de Velocidade de motos.

...

A nível nacional, várias marcas elegeram o Circuito Estoril para ser o palco das suas apresentações de frota, como foi o caso da Mercedes Portugal, Porsche Ibérica, Peugeot, Audi, Renault Portugal e Mercedes Portugal (veículos comerciais) . A BMW Motorrad realizou uma vez mais o evento "Driving Experience" dedicado aos seus clientes e imprensa.

Realizaram-se ainda vários "Track Days" de motos de nível ibérico, batismos de pista, "Driving Experiences" e testes comparativos para a comunicação social.

O Conselho de Administração congratula-se naturalmente com o retorno obtido decorrente do esforço que tem vindo a ser implementado a nível comercial e na otimização da estrutura de custos interna. No entanto, existe a consciência que se tratou de um ano particularmente bem conseguido em termos da rentabilização da capacidade instalada e que fatores como a rotatividade decorrente da diversificação dos locais de apresentações pelas marcas e das respetivas ações de marketing, a continuação da racionalização de custos e na utilização de meios por parte dos agentes, podem condicionar a atividade da empresa nos anos seguintes.

III. PRINCIPAIS FACTOS E INDICADORES DO EXERCÍCIO DE 2015

Face a 2014, o volume de vendas aumentou 171%, ultrapassando os 3,4 milhões de euros, sendo a esmagadora maioria decorrente da exportação de serviços.

Foram atingidos em 2015, 303 dias de ocupação, contra os 163 dias de ocupação em 2014.

A empresa não evidencia qualquer endividamento junto de entidades terceiras fora do grupo económico, tendo inclusivamente em Dezembro de 2014, cancelado a conta corrente caucionada que vinha sendo mantida junto de instituição de crédito nacional, e ainda reduziu as dívidas a fornecedores, refletindo o PMP os termos negociados junto dos mesmos.

O EBITDA reflete a continuidade do crescimento que já vinha a verificar em 2014 (face a 2013), sendo que em 2015 (face ao período homólogo) este cresceu 637%, atingindo valores positivos no montante de 1.334.550,47 euros, em linha com a redução dos custos de estrutura e com o significativo aumento do volume de vendas.

No que se refere a FSE, estes aumentaram apenas 131%, atingindo o montante de 1.736.925,25 euros, fruto do aumento dos custos variáveis associados ao incremento significativo da atividade da empresa. Em matéria de gastos com o pessoal, verificou-se uma ligeira subida (menos de 1%), muito explicado pela reversão legal de reduções salariais operadas em anos anteriores Foram também contabilizadas imparidades de dívidas a receber no montante de 27.145,51 euros. Continuaram-se a renegociar vários contratos com fornecedores e denunciar outros, potenciando o aproveitamento dos recursos internos na prossecução das tarefas anteriormente subcontratadas.

Na sequência da avaliação efetuada em 2013 ao Circuito Estoril e, consequentemente, sobre a quantia recuperável dos Terrenos e Edifícios, foi solicitado um parecer de entidade independente sobre as vidas úteis futuras dos Ativos Fixos Tangíveis. Com base nesse trabalho, foram ajustadas as diversas rúbricas de modo a refletirem os dados do referido parecer. Os gastos de depreciações a partir de 2014 inclusive já refletem as novas vidas úteis apuradas.

Durante o ano, foram efetuados investimentos e benfeitorias no montante de 26.884,51 euros.

IV. PERSPETIVAS PARA 2016

Não obstante o que anteriormente se referiu em relação à performance conseguida em 2015 e às vicissitudes que condicionam este negócio, o Conselho de Administração acredita que 2016 não deixará de ser um bom ano para o Circuito Estoril, consolidando a trajetória positiva encetada em exercícios anteriores e concretizada em 2015, tendo em conta o calendário de eventos neste momento já comprometido para 2016.

A principal fonte de receitas indutoras de rentabilidade dos autódromos como o Estoril, radica em dois aspetos fundamentais. O primeiro está relacionado com o tipo de eventos. As apresentações e os testes figuram no topo dos eventos que maior receita e rentabilidade (margem) trazem ao Circuito, figurando no extremo oposto, as provas desportivas. Não se trata de menosprezar as grandes provas desportivas de dimensão internacional, pois estas têm como efeito colateral importante para o negócio dos autódromos como o do Estoril a maior visibilidade proporcionada e a atração de equipas para testar pneus e as respetivas máquinas. Por outro lado, encontramos também a vocação desportiva destes equipamentos, que é incontornável. Se as provas de maior dimensão acarretam custos significativos e apenas são viáveis financeiramente se subsidiadas ou patrocinadas (sponsorship), as provas mais pequenas, como as dos campeonatos nacionais de velocidade devem ser apoiadas. E é isso que o Circuito Estoril tem vindo a fazer em articulação com a FPAK e a FMP.

Em segundo lugar, é importante um planeamento adequado do ano seguinte, de modo a potenciar o aproveitamento da infraestrutura e o negócio. A ocupação de pista que se espera para 2016 está em linha com o orçamentado, que por sua vez está em linha com o que havia antecipado no orçamento da empresa para 2016, o que perspetiva a manutenção de um EBITDA e de resultados bastante positivos.

Em matéria de qualidade dos eventos e tanto quanto se pode antever nesta altura, destacam-se três grandes apresentações internacionais, bem como, mais de quatro sessões de testes de competição.

V. CUMPRIMENTO DAS ORIENTAÇÕES LEGAIS

A. Objetivos de Gestão

Constitui orientação estratégica interna, no cenário estatutário e tutelar referido, gerir o equipamento em causa com o objetivo central de criação de valor, assegurando o crescimento dos resultados líquidos com a visibilidade inerente e procurando, simultaneamente, manter os níveis endividamento residuais.

A atividade do Circuito Estoril encontra-se fortemente condicionada por circunstancialismos externos, desde logo de mercado, mas também por aqueles que são impostos pelos diferentes stakeholders, sejam as limitações impostas pelo enquadramento acionista e do regime das empresas públicas, por exemplo ao investimento, sejam aquelas que resultam do relacionamento com as forças vivas do concelho onde este equipamento se insere, designadamente em matéria de potenciação e de otimização do seu uso e exploração.

Em execução das orientações estratégicas externas e internas foram fixados objetivos de maximização da ocupação rentável e visível do Circuito Estoril.

Findo o exercício, e face à conjuntura exterior progressivamente adversa, para uma previsão orçamental de ocupação de 235 dias, atingiu-se o patamar dos 303 dias, muito acima dos 163 conseguidos em 2014.

B. Gestão do Risco Financeiro

Com exceção dos suprimentos aportados pelo acionista único, a Parpública, os quais já no final de 2013 se situavam em pouco mais de 1.961 mil euros, o "CE – Circuito Estoril, SA" não evidencia qualquer outra dívida remunerada no final do exercício. Existiu ainda, e até final de 2014, um contrato para utilização de um descoberto em conta corrente, que entretanto foi cancelado por iniciativa do Circuito Estoril.

A exposição – não coberta – em matéria de risco de taxa de juro advém do facto desta vir a ser anualmente revista por parte do acionista, refletindo o eventual aumento/redução do custo associado aos seus próprios financiamentos. Em 2015 a taxa praticada pelo acionista foi de 3,859%, taxa que manterá para 2016.

Os gastos financeiros suportados pela Empresa no endividamento referido situaram-se, em 2015, em cerca de 76 milhares de euros.

Taxa Médial Financiamento
Gastos

	2015		2014		2013	
	Juros	Tx nominal	Juros	Tx nominal	Juros	Tx nominal
Parpublica - Suprimentos	75 700,38	3,859%	88 392,35	4,51%	58 915,90	5,60%
Conta Caucionada	-	-	-	EURIBOR A 3 MESES + SPREAD 5%	-	EURIBOR A 3 MESES + SPREAD 6,5%

De notar que em Dezembro de 2014, foi cancelada a conta corrente caucionada que vinha sendo mantida junto de instituição de crédito nacional.

C. Limite Máximo de Endividamento

Passivo Remunerado	2015	2014	2013	Variação 15/14	
	VALORES (€)			Valor	%
Financiamentos obtidos	1 961 659	1 961 659	1 961 659	-	0%
- dos quais concedidos pela DGTF	-	-	-	-	0%
Aumentos de Capital por dotação	-	-	-	-	0%
Aumentos de Capital por conversão	-	-	-	-	0%
Endividamento Ajustado	1 961 659	1 961 659	1 961 659	-	0%

O endividamento existente refere-se a suprimentos concedidos pelo acionista único.

D. Prazo Médio de Pagamentos

PMP	2015	2014	Variação 15/14	
			Valor	%
A fornecedores (dias)	52	270	-217	-81%
A fornecedores (dias) - excluindo dívida negociada	51	62	-11	-18%

A CE tem vindo a negociar prazos com os seus fornecedores à volta dos 65 dias. A esta situação excetuam-se as faturas relativas a eletricidade, água, comunicações, renting, seguros e alguns outros fornecedores com os quais foram acordados permanentemente ou apenas pontualmente prazos de pagamento mais reduzidos. Em relação à primeira linha do quadro supra, o valor do PMP encontra-se substancialmente inflacionado relativamente a 2014 em virtude de uma situação concreta cujo montante representava em 31/10/2013 cerca de 95% do saldo de fornecedores e que ficou completamente resolvido em 30/11/2013, tendo contudo ainda impacto nos PMP apresentados relativos a 2014.

E. Divulgação de Atrasos nos Pagamentos

Mapa da posição a 31/12/2015 dos atrasos nos pagamentos, nos termos do DL 65-A/2011, de 17 Maio

Dividas Vencidas	Valor (€)	Valor das dívidas vencidas de acordo com o artigo 1.º DL n.º 65-A/2011			
	0 - 90 dias	90-120 dias	120-240 dias	240-360 dias	>360 dias
Aquisições de bens e serviços	68 586,00				
Aquisições de capital					
TOTAL	68 586,00	0,00	0,00	0,00	0,00

"Atraso no pagamento", o não pagamento de fatura correspondente ao fornecimento dos bens e serviços referidos no artigo seguinte após o decurso de 90 dias, ou mais, sobre a data convencionada para o pagamento da fatura ou, na sua ausência, sobre a data constante da mesma

F. Diligências tomadas e os resultados obtidos no âmbito do cumprimento das recomendações do acionista emitidas aquando da aprovação das contas de 2014

Dado que a empresa se encontrava na situação de perda de mais de metade do capital social e enquadrava-se no disposto no artigo 35.º do Código das Sociedades Comerciais, e cabendo ao acionista deliberar sobre a solução que, de entre as opções previstas na lei aplicável, considerava ser a mais adequada, o representante do acionista, solicitou em ao Conselho de Administração da sociedade que desenvolvesse os estudos demonstrativos do interesse e viabilidade das soluções decorrentes da aplicação do artigo 35º do código das Sociedades Comerciais, nomeadamente a fundamentação necessária ao preenchimento das condições previstas no artigo 11º do Decreto-Lei nº 133/2013, de 3 de outubro.

Em sequência desta solicitação, o Conselho de Administração da CE em Outubro de 2014, apresentou ao acionista um estudo e proposta de aumento e redução de capital, de molde a cumprir com o estatuído na Lei.

Não foram emitidas recomendações por parte do acionista aquando da aprovação das contas de 2014.

G. Remunerações dos Órgãos Sociais e restantes trabalhadores

As remunerações dos membros do Conselho de Administração da empresa foram definidas através de DUE de 20 de Novembro de 2012, a qual teve por base os valores fixados pelos diplomas legais em vigor, e compatíveis com as boas práticas existentes em empresas de dimensão e complexidade semelhante.

As remunerações dos Dirigentes bem como dos restantes funcionários são aprovadas pelo Conselho de Administração, referindo-se ainda que as mesmas respeitam os princípios definidos na Lei nº 82-B/2014 que aprova o orçamento Estado para 2015, particularmente no que respeita à matéria remuneratória, e a Lei nº 75/2014 de 12 Setembro que estabelece os mecanismos das reduções remuneratórias temporárias e as condições da sua reversão.

A competência para fixação das remunerações na empresa, são conforme mapa seguinte:

	Competencia para determinação de remunerações
Remunerações dos membros dos orgãos sociais	Accionista
Remunerações dos diretores	Conselho de Administração
Remunerações dos restantes funcionários	Conselho de Administração

Assim, a politica remuneratória prosseguida em 2015, para além de respeitar os princípios definidos no Decreto–Lei nº 71/2007, de 27 de Março, relativo ao Estatuto do Gestor Público, também respeita as alterações na sequência da publicação do Decreto-Lei nº 8/2012, de 18 de Janeiro, que veio alterar o referido Estatuto, particularmente no que respeita à matéria remuneratória. Estas alterações vieram posteriormente a ser objeto de regulamentação e concretização através das RCM nº 16/2012, de 14 de Fevereiro, e nº 36/2012, de 26 de Março, Lei nº 82-B/ 2014 e Lei 75/2014 de 12 Setembro.

Estas decisões traduzem-se assim numa efetiva redução do nível remuneratório dos órgãos sociais, a qual se insere num programa mais vasto de um real abaixamento de toda a estrutura salarial praticada de forma generalizada nos setores Administrativo e Empresarial do Estado.

Característica que se mantém na política remuneratória dos órgãos sociais da CE, fundada na total transparência e cumprimento das regras de bom governo e pelas boas práticas, disponibilizando no seu site e através do Relatório anual toda a informação sobre esta matéria. Assim, não só a política geral definida é objeto de divulgação, como também a informação individual referente às remunerações pagas a cada um dos membros dos órgãos sociais é objeto de adequada divulgação.

Divulgação das Remunerações

Remuneração da Mesa da Assembleia Geral

Os mandatos, cargos, nomes e vencimentos são os que constam do quadro seguinte:

Mandato (Inicio-Fim)	Cargo	Nome	Valor da Senha Fixado (€)	Remuneração Anual 2015 (€)			
				Bruto	Redução Remuneratória	Reversão Remuneratória	Valor Final
2013-2015	Presidente	Dr.ª Ana Paula Costa Ribeiro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2013-2015	Secretária	Dr.ª Catarina Amaral Marques	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
			0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Remuneração do Conselho de Administração

Os mandatos, cargos e nomes são os que constam do quadro seguinte:

Mandato (Inicio-Fim)	Cargo	Nome	Designação		OPRL	
			Forma	Data	Entidade	(O/D)
2012-2014	Vogal	José Manuel Pereira Mendes de Barros	DUE	20-11-2012	Não aplicável	Não aplicável
2012-2014	Vogal	Anne Matthiessen Knudsen Hansen da Camara	DUE	20-11-2012	Não aplicável	Não aplicável

Apenas um membro do Conselho de Administração é remunerado pela empresa, sendo que o outro membro não aufere qualquer remuneração pelas funções exercidas, em virtude de auferir remuneração pelo exercício de funções de administração na empresa mãe do Grupo – a Parpública, SGPS.

No entanto, na Parpública o administrador auferiu as seguintes remunerações:

- 4.578,20 euros, paga 14 vezes por ano correspondente a remuneração base, Subsidio de Férias e de Natal
- 1.831,28 euros, paga 12 vezes por ano, correspondente a despesas de representação.

Os valores acima indicados foram sujeitos a um corte de 5% de acordo com a Lei 12-A/2010, a um corte adicional de 10% de acordo com a Lei nº 75/2014 de 12 setembro e à reversão de 20% sobre esta última redução.

Importa ainda referir que não existem remunerações pagas sob a forma de participação nos lucros e/ou de pagamento de prémios.

Não foram pagas ou devidas indemnizações a ex-administradores executivos relativamente à cessação das suas funções durante o exercício.

Acumulação de Funções

Membro do CA	Acumulação de Funções		
	Entidade	Função	Regime
José Manuel Pereira Mendes de Barros	Parpública (SGPS), SA	Vogal do Conselho de Administração	Público
José Manuel Pereira Mendes de Barros	Águas de Portugal-SGPS, SA	Administrador não Executivo	Público
José Manuel Pereira Mendes de Barros	SAGESECUR, SA	Presidente Conselho de Administração	Público

O único administrador que usufrui remuneração respeita integralmente o novo estatuto remuneratório do gestor público, a Lei nº 82 – B/2014 (aprova o orçamento estado) e a Lei nº 75/2014 (estabelece os mecanismos das reduções remuneratórias temporárias e as condições da sua reversão).

Os montantes fixados para 2015 de acordo com a classificação da empresa são os que constam do mapa seguinte:

Membro do Orgão de Administração	Estatuto do Gestor Público			
	Fixado	Classificação	Remuneração mensal bruta €	
			Vencimento	Despesas de representação
José Manuel Barros (Vogal Executivo)	NA	NA	NA	NA
Anne Camara (Vogal Executiva)	Sim	C	3 201,08	1 280,43

Em cumprimento das boas regras de gestão, tal como previsto no Estatuto do Gestor Público, foram fixados os limites mensais para os encargos referentes a telemóveis, portagens e combustíveis consumidos pelas viaturas de serviço afetas ao administrador executivo que aufere remuneração. O limite das despesas mensais de combustível e portagens são as fixadas nos termos da lei em vigor, atualmente de um quarto do abono mensal para despesas de representação o que corresponde a 320,11 euros, o valor máximo mensal de despesas associadas a comunicações é de 80,00 euros.

É de referir ainda que no decorrer do atual mandato dos órgãos sociais, não há lugar à atribuição de qualquer componente variável da remuneração.

Também não existe nenhum regime complementar de pensões ou de reforma antecipada para os administradores.

De seguida apresenta-se o mapa contendo a informação detalhada e individualizada relativa a todas as remunerações e benefícios auferidos em 2015 pelos administradores:

Membro do Conselho de Administração	Remuneração Anual 2015 (€)					
	Fixa*	Variável	Bruta	Redução remuneratória	Reversão remuneratória	Valor Final
José Manuel Barros (Vogal Executivo)	NA	NA	NA	NA	NA	NA
Anne Camara (Vogal Executiva)	68 856,08	NA	68 856,08	9 984,13	1 308,27	60 180,22
			68 856,08	9 984,13	1 308,27	60 180,22

* Valor sujeito às reduções previstas no artº 12º da Lei nº 12-A/2010 e Lei nº 75/2014

Membro do Orgão de Administração	Beneficios Sociais (€)							
	Subsidio de refeição		Regime de Proteçao Social		Seguro de Saúde	Seguro de Vida	Seguro Acidentes de Trabalho	Seguro de acidentes Pessoais
	Diário	Montante pago Ano	Segurança Social	Valor	Encargo anual da entidade	Encargo anual da entidade	Encargo anual da entidade	Encargo anual da entidade
José Manuel Barros (Vogal Executivo)	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA
Anne Camara (Vogal Executiva)	NA	NA	SIM	15 144,66	652,23	-	1 174,79	30,39
				15 144,66	652,23	0,00	1 174,79	30,39

Membro do Orgão de Administração	Gastos com Comunicações Moveis (€)		
	Plafond Mensal Definido	Valor Anual	Observações
José Manuel Barros (Vogal Executivo)	NA	NA	Não aufere remunerações ou outras regalias pela CE
Anne Camara (Vogal Executiva)	80,00	218,03	

Membro do CA	Encargos com Viaturas								
	Viatura atribuida	Celebração de contrato	Valor de referencia da viatura (€)	Modalidade	Ano Inicio	Ano Termo	Valor da Renda Mensal (€)	Gasto Anual com Rendas (€)	Nº prestações contratuais Remanescentes
José Manuel Barros (Vogal Executivo)	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA
Anne Camara (Vogal Executiva)	SIM	SIM	39 851,82	RENTING	2014	2018	593,45	7121,40	35

Membro do CA	Plafond Mensal Combustiveis e Portagens	Gastos anuais associados a Viaturas (€)				
		Combustivel	Portagens	Outras Reparações	Seguro	Observações
José Manuel Barros (Vogal Executivo)	NA	NA	NA	NA	NA	
Anne Camara (Vogal Executiva)	320,11	1 349,30	236,70	NA	NA	O montante do Renting já inclui seguros e manutenção da viatura

Membro do CA	Gastos anuais associados a Deslocações em serviço (€)			
	Deslocações em Serviço	Custos com alojamento	Ajudas de Custo	Gasto total com viagens
José Manuel Barros (Vogal Executivo)	0,00	0,00	0,00	0,00
Anne Camara (Vogal Executiva)	0,00	0,00	0,00	0,00

Remuneração do Fiscal Único

Mandato	Cargo	Identificação Fiscal Único			Designação			Nº de mandatos exercidos na sociedade
(Inicio-Fim)		Nome	Nº de inscrição na OROC	Nº registo na CMVM	Forma	Data	Contratada	
2013-2015	Fiscal Único Efectivo	BDO & Associados, SROC, Lda. representada pelo Dr. Pedro Manuel Aleixo Dias	Sociedade - 29 Representante 725	1122	AG	15-04-2013	Honorários	4
2013-2015	Fiscal Único Suplente	Drª Sandra Maria Simões Filipe de Ávila Valério	995	-	AG	15-04-2013	-	2

O fiscal Único é pago através de uma avença mensal.

Fiscal único efetivo e suplente

A remuneração anual contratualizada com o Órgão de Fiscalização é de 7.000,00 euros.